

Maïté CLAVEL, 2002, *Sociologie de L'Urbain*, Paris, Anthropos, 124 páginas

Isabel Guerra

O livro de Maïté Clavel faz um percurso crítico sobre a “sociologia urbana” francesa, ou dito de outra forma sobre a “sociologia do urbano” em França. Essa distinção é central no livro pois ela parece corresponder a uma evolução do entendimento dos fenómenos que são objecto da sociologia urbana que, por sua vez, acompanham o evoluir da própria cidade e o entendimento que fazemos hoje do espaço urbano. A opção da autora está expressa no título – Sociologia do Urbano.

As interrogações que atravessam todo o livro estruturam-se em torno da relação entre a sociologia e a cidade: como analisou a sociologia a cidade ao longo dos tempos? Quais os principais autores e temas? A pertinência da abordagem sociológica do urbano aparece perfeitamente justificada. De facto, para Maïté a sociologia do urbano de hoje “assume como tarefa descrever as cidades no seu movimento, como espaços produzidos, delimitadores e criadores, como práticas múltiplas de populações diversas, construindo dia após dia, uma urbanidade comum. A ambição é a de melhor compreender as relações entre uma sociedade e os seus espaços, de evidenciar o sentido que lhes é atribuído no contexto da sociedade que os envolve, entendendo os seus valores e as suas perspectivas; estudar os diferentes espaços herdados e conservados, e os que são previstos e construídos e que traduzem as aspirações e as urgências tais como são sentidas e definidas pelos grupos sociais num determinado momento; tentar reformular a representação que uma colectividade, nas suas diferentes componentes, faz dos usos codificados e das práticas, adaptadas, reformuladas, criativas, permitidas por esses espaços habitados, por esses lugares, para os reproduzir e os mudar” (p. 114).

De facto, a autora considera já sem sentido a discussão de Castells sobre a existência ou não de uma sociologia urbana dado que as pesquisas sobre a cidade se impõem, a menos que os cientistas sociais se recusem a compreender o mundo onde vivem, cada vez mais urbanizado. A sociologia

urbana, (ou do urbano), distingue-se dos outros campos da sociologia porque não dissocia os fenómenos sociais dos espaços nos quais estes têm lugar, pelo contrário, o estudo da vida social é encarada num contexto territorial particular onde a imbricação do social e do espacial é um dos eixos indispensáveis de análise.

O livro, apresentado de forma muito didáctica, estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo identifica o percurso histórico deste ramo disciplinar; o segundo, comenta a sociologia urbana francesa na actualidade e o terceiro faz uma análise dos principais temas e resultados da pesquisa.

No primeiro capítulo, a autora situa o “nascimento” da “sociologia urbana” francesa com Maurice Halbwachs, com a sua tese *Les expropriations et le prix des terrains à Paris* (1860-1900), defendida em 1909. Halbwachs coloca pela primeira vez o espaço como objecto de estudo ao analisar as mudanças na morfologia de uma grande cidade. Um grande espaço de tempo decorre até, 1958, quando o *Traité de Sociologie* de George Gurvitch, introduz a discussão “do problema sociológico das cidades” redigido por Louis Chevalier, historiador e demógrafo.

No entanto, um desenvolvimento mais específico emerge com a publicação, em 1952, do livro de Henri Chombart de Lauwe (com outros) intitulado *Paris et l'agglomération parisienne: étude de l'espace social dans une grande cité*¹. Saliente-se que o objectivo destes autores era o de analisar as condições de vida dos habitantes para dar indicações úteis aos urbanistas de forma a melhorar as suas condições de vida.

Em 1968, um colóquio e duas obras marcam o amadurecimento da reflexão teórica sobre a cidade. É por um lado, o livro de Raymond Ledrut, *Sociologie Urbaine*² e o célebre livro *Le droit à la ville* de Henri Lefebvre³, 1968, *Le Droit à la ville*, Anthropos.

• A autora considera ainda como marco importante o colóquio na mesma data, em Royau-

¹ Publicação da PUF.

² Ledrut Raymond, 1968, *Sociologie urbaine*, PUF.

³ Ledrut Raymond, 1968, *Sociologie urbaine*, PUF.

mont, intitulado “*Urbanisme et sociologie*”, organizado em conjunto pelas universidades e pelo Ministério do Equipamento para estudar “a abordagem sociológica do urbano”.

Estas iniciativas difundiram uma reflexão teórica sobre a cidade e implantaram a “sociologia urbana” no campo académico. A autora identifica nesse momento as três abordagens teóricas mais significativas. O estudo da *cidade como distribuição dos espaços*, muito ancorada na Escola de Chicago, preocupada com a distribuição das “áreas urbanas naturais” e depois com a organização e formas de expansão da cidade. Uma segunda leitura, acentua a cidade como “*produto social*”. É a leitura crítica de origem marxista, centrada na relação entre a cidade e os processos de produção onde o espaço é entendido como um subsistema social inserido numa lógica mais vasta. A terceira abordagem encara a cidade como “*processo social*” e encontra em Lefebvre o seu principal teorizador.

Maïte Clavel acaba esta abordagem histórica afirmando que, a partir deste momento, a edificação de uma teoria geral sobre a cidade (ou mesmo sobre a sociedade) deixou de constituir uma preocupação dos investigadores e que ausência de uma “teoria geral” não impediu a proliferação de pesquisas e produções teóricas muito interessantes sobre a cidade.

Entra, assim, num segundo capítulo onde comenta a sociologia urbana recente em França. Estrutura as preocupações da sociologia actual, em torno de quatro grandes temas que revisita sintetizando os seus principais contributos para uma análise do espaço: a leitura dos espaços urbanos, a produção social dos espaços urbanos, o entendimento do espaço como matriz e a imaginação e imaginário do espaço habitado.

No primeiro nível, o interesse debruça-se sobre os “espaços” em si e a forma como respondem a determinadas necessidades e interesses sociais, sejam estes espaços “visíveis” (a rua, o jardim, praça) ou espaços “opacos” (formas de ocupação de lugares públicos, comércio, salas de espectáculo, etc). Metodologicamente, o olhar e a descrição são as metodologias mais adequadas mas pretende-se ir para além disso indo à “procura dos processos” que conduziram à realização desses espaços construídos, à identificação dos actores dos seus objectivos e projectos, conflitos e negociações. A procura destes sentidos e significações sociais torna as metodologias mais exigentes.

Num segundo tema identificado, os autores estão ocupados com “produção social dos espaços urbanos” centram o seu olhar nos processos e actores que levam à produção de determinados espaços, não esquecendo os profissionais, os decisores políticos e todos aqueles que usam e se apropriam desses espaços.

Uma outra direcção de análise é a da compreensão da relação entre o espaço e a sociedade como uma “matriz” que condiciona, isto é, proporciona, certas formas de expressão e de vivência dos espaços urbanos, dos modos de vida, das práticas colectivas, das representações sociais e espaciais. Assume-se que modificar os espaços é agir sobre a vida social e que, simultaneamente é possível ler uma sociedade através dos espaços que produz, enfeita, organiza, valoriza ou desvaloriza.

A “invenção” das formas arquitectónicas e urbanísticas actuais é outra forma de ver a produção do espaço. A criação dos espaços inscreve-se, assim, num imaginário social constituído por representações que fazem com que se identifiquem as imagens das cidades: Roma, Atenas, etc. As municipalidades tentam assim criar imagens que são reais, imaginárias, físicas e etéreas e que dão identidade a um lugar.

Finalmente, no terceiro capítulo do livro desenvolve os principais temas – e subtemas – de discussão na sociologia urbana francesa. São eles: a centralidade, a segregação, a territorialidade, a urbanidade e o espaço público.

A revisão destes temas permite à autora concluir que as questões que se colocam e os temas que ocupam os sociólogos, se alargaram consideravelmente. Todos eles são importantes e todos eles merecem um tratamento aprofundado cientificamente.

Infelizmente, segundo Maïte Clavel, actualmente são as encomendas públicas que marcam os temas em investigação dado o encurtamento dos financiamentos das pesquisas. Essas encomendas raramente são prospectivas e são muito marcadas pela urgência dos assuntos ou pela sua visibilidade.

No entanto, a autora conclui o livro afirmando: “Malgré ces réserves, le monde urbain constitue toujours pour la sociologie et pour les sciences humaines un milieu fascinant par la diversité, des lieux, des temporalités, des scènes, des relations qu’il juxtapose et imbrique, par ce qu’il révèle de la société” (p. 115).

Jean-Yves Toussaint e Monique Zimmerman, (dir.), 2001, *User, Observer, Programmer et Fabriquer L'espace Public*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes

Alexandra Castro

Esta obra reúne a contribuição de um conjunto de autores oriundos de diversos meios profissionais – investigadores, técnicos e políticos – e de diferentes áreas disciplinares – arquitectura, sociologia, ciência política, filosofia, direito, urbanismo, geografia. série de autores. Esta heterogeneidade de pontos de vista justifica-se pelo facto do espaço público não remeter, apenas, para a sua condição espacial, mas também por se tratar de um espaço de acção política e de prática social. Um conjunto de técnicos e de investigadores de uma Agência de Urbanismo de Lyon confrontavam-se com uma série de dificuldades que se traduziam em quatro níveis: i) uso e prática – modalidades de expressão do público e sua constituição; ii) observação – modalidades de apreensão das práticas do espaço público; iii) planeamento – modalidades de tradução das expectativas do público.

Foram, assim, reunidas, no âmbito de um seminário, uma série de contribuições, no sentido de ultrapassar aquelas dificuldades e que acabaram por ficar sistematizadas nesta obra. A publicação é composta por três partes, estando a primeira consignada à emergência do conceito de espaço público, como conceito operatório do planeamento urbano. A segunda parte é reservada às formas de apropriação do espaço público e a terceira às condições de tradução das encomendas de espaço público em lugares concretos. No final encontra-se uma vasta bibliografia sobre o tema, bem como as produções multimédia que têm sido desenvolvidas.

A primeira parte – *emergência do espaço público* – é composta por cinco capítulos e conta com a contribuição de A. Sauvage, B. Voisin, V. Hémerly, M. Zepf e dos editores desta obra. Trata-se de um bloco consagrado à história social e espacial do conceito de espaço público urbano, procurando não perder de vista a formulação de uma ideia de cidade enquanto entidade espacial e política.

A. Sauvage insiste na relação entre a emergência dos espaços públicos e as lutas sociais, procurando demonstrar como, através de diferentes épocas históricas, os homens reinventaram

constantemente o espaço público. Num outro registo, já não diacrónico, mas apoiando-se numa abordagem antropológica, procura demonstrar a força reprodutora do espaço público. B. Voisin, partindo dum ponto de vista mais operacional, salienta o papel da história em relativizar as representações sociais de cada época, no sentido de esclarecer os desafios políticos dos espaços públicos contemporâneos. V. Hémerly esclarece a génese do espaço público com a perspectiva do direito e através da oposição da natureza jurídica entre domínio público/privado. Levanta questões ao nível das condições de uso do domínio público, da sua “privatização” e da sua desregulamentação, lançando alguns contributos para a forma como o “domínio público”, como conceito jurídico, pode condicionar o “espaço público”, como conceito operatório do ordenamento. M. Zepf refere que a procura de novos referenciais urbanos para conceber os espaços públicos, implica uma análise aprofundada dos processos de utilização, de produção e de formação destes espaços e identifica como os novos usos do espaço público impõem novas funcionalidades, nomeadamente a festivalização, teatralização e comercialização. Estes fenómenos contribuem para sublinhar determinadas realidades socioespaciais e permitem uma melhor definição da noção de urbanidade. M. Zimmerman e J.-Y. Toussaint partem da constatação das transformações do conceito de espaço público, nomeadamente da sua transposição do domínio da filosofia política para outras áreas disciplinares, interrogando-se sobre a correspondência que existe entre espaço público, enquanto espaço político e espaço público, enquanto uso do público. Esta nova acepção do conceito conduz os autores a questionarem-se sobre a relação público/privado e sobre o estatuto do espaço comum, no sentido de se compreender até que ponto o espaço público pode ser um dos instrumentos políticos para reforçar o laço social.

A segunda parte – *usar e observar o espaço público* – é constituída por seis capítulos e conta com a contribuição de J.-C. Barthez, A. Hammouche, D. Chaumard, O. Pipard e J. Gané, B. Voisin e M. Amzert. Estas contribuições têm

como pano de fundo os usos dos espaços públicos e a sua observação com propósitos operacionais de planeamento territorial.

Para J.-C. Barthez, a questão do uso e do acesso ao espaço público está estreitamente relacionada com a posição ocupada pelos indivíduos no processo de produção. A situação da “classe operária” é, face a esta realidade, particularmente original, uma vez que foi acedendo, pelas suas lutas, ao espaço público, mas uma série de condicionalismos – evolução económica e transformação das técnicas de planeamento – conduziram a uma desestruturação deste agrupamento e a uma anomia de certos territórios, nomeadamente as grandes urbanizações francesas. Partindo desta constatação o autor interroga-se sobre o papel da concertação, o estatuto do observador e os objectos que este observador produz. A. Hammouche centra a sua intervenção sobre os usos dos espaços interesticiais por parte dos jovens de bairros de habitação social, concretamente sob a forma como estes espaços são utilizados por relação aos “outros”. Partindo de alguns exemplos, o autor põe em evidência a contradição entre lugares produzidos para serem privados e que se tornam espaços de concentração de marginais. O paradoxo traduz-se no facto desta marginalidade do ponto de vista dos usos esperados ser institucional do ponto de vista da população residente, tornando-se estes espaços indicadores da vida social dos bairros. O autor interroga-se, assim, sobre a contribuição destes para a construção do espaço público. D. Chaumard parte da constatação de que o observador do espaço público raramente é neutralizado, ou seja, pela sua presença ele transforma as condições do espaço público. Desta forma, recorre à metáfora do teatro para ilustrar que o espaço público é como um teatro em que todos têm um papel, sendo o observador um espectador advertido das cenas que se desenrolam no espaço público. O. Pipard e J. Gané consideram que uma análise sistémica dos usos observados permite determinar o papel que cada uso exerce sobre o funcionamento global dos espaços públicos, dando-lhes sentido. O balanço de algumas pesquisas desenvolvidas em diferentes espaços públicos permitiu aos autores apresentarem os principais aspectos que caracterizam dois tipos de espaços. Centram-se, assim, na natureza das interações sociais para estabelecer as principais diferenças das formas de apropriação entre os espaços públicos do centro da cidade e aqueles dos bairros mais desfavorecidos. B. Voisin discute a importância da observação como um meio de produzir instrumentos de análise da realidade social e espacial. Justifica esta importância pelas

dificuldades dos habitantes em exprimirem as suas práticas e pelas dificuldades dos actores do planeamento se libertarem de certas pré-noções. M. Amzert confronta a noção de quadro de vida com a de espaço público, no sentido de compreender como a passagem de uma noção à outra é uma forma de elevação da democracia participativa.

A terceira parte – *programar e fabricar o espaço público* – é composta por cinco capítulos e conta com a contribuição de M. Zepf, J.-L. Azéma, F. Gindre, J.-C. Gallery, B. Lensel. Estes autores procuram pôr em evidência a dificuldade de integrar na produção dos espaços públicos o conjunto dos constrangimentos de uso e de funcionamento, seja do ponto de vista dos dispositivos técnicos – uso do automóvel e sinalização – seja do ponto de vista da experiência dos utilizadores.

Para M. Zepf a questão do planeamento dos espaços públicos oscila entre “sobre-planeamento” e “não-planeamento”, sendo que a produção destes lugares deveria depender de um equilíbrio entre estas duas polaridades, não em termos de objectos que se circunscrevem a estes espaços, mas em função das práticas de apropriação que são capazes de desencadear. Para J.-L. Azéma, a produção do espaço público é também a produção de uma dada organização, em função de quem encomenda e de quem concebe. Na descrição desta organização são enunciados quatro princípios – solidariedade, modernidade, identidade e unidade – que visam um tratamento homogéneo dos espaços públicos, independentemente da sua localização. F. Gindre centra-se na problemática do estacionamento automóvel e do acesso aos espaços públicos, questionando a legitimidade dos investimentos nestas infra-estruturas quando se privilegia, igualmente, o investimento no transporte colectivo. Dando como exemplo Lyon, o autor demonstra que os parques de estacionamento exercem plenamente o papel de espaço público, pois as suas condições tendem a favorecer práticas de encontro e sociabilidade. J.-C. Gallery põe em evidência as dificuldades de produção dos espaços públicos, através da anarquia generalizada do mobiliário urbano. Por fim, B. Lensel interroga-se sobre as modalidades da sinalização dos espaços públicos em zonas industriais, já que se tratam de áreas onde o sentido não é apreendido de forma imediata.

A multiplicidade de pontos de vista e a associação de diferentes competências faz desta publicação uma obra inédita que sintetiza a complexidade da problemática dos espaços públicos nas suas dimensões política, económica, social e urbana.